

• PÁGINA 2 •
POVO NA RUA
FORA BOLSONARO

• PÁGINA 3 •
COPA AMÉRICA NO BRASIL
É UM RISCO PARA A SAÚDE

• PÁGINA 4 •
AS MULHERES E O
TRABALHO REMOTO

JUNHO 2021

MOBILIZA

Nº09

Jornal do Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais
dos Municípios do Rio de Janeiro - SINDISEP/RJ



Foto: JAV/SP

**POVO NA RUA
PELO FORA BOLSONARO**

O que fazer?

500 mil pessoas foram às ruas em protestos que tomaram todo o país contra o governo Bolsonaro-Paulo Guedes em 29 de maio, mas o que faremos a seguir?

Os protestos do dia 29 de maio, deram voz a milhares de brasileiros que estão indignados com a política genocida de Bolsonaro e Paulo Guedes, que de um lado mata o povo com fome e doenças e de outro desmonta as estruturas do Estado e os serviços públicos que poderiam remediar o sofrimento da população.

O fato dos atos terem sido um sucesso apresenta um desafio ao movimento: o que fazer agora? Alguns setores da sociedade desenham um possível recuo e apontam que, para reduzir o risco sanitário e a crise econômica provocada por Bolsonaro, a saída é aguardar, com paciência, as eleições em outubro de 2022, e a posterior (e eventual sorte) da posse de um novo governo progressista.

Mas será que podemos mesmo esperar, calmamente, passar mais 573 dias? Esperar enquanto a tramitação da PEC 32, da “Reforma” Administrativa, avança rapidamente no governo? Aguardar as adiantadas privatizações da Petrobras, Biocombustível, da Eletrobrás, da Casa da Moeda, e de tantas outras empresas construídas pelo povo brasileiro? Esperar Bolsonaro lotar, fria e cruelmente, todos os cemitérios do país? Não, não podemos nos sentar e esperar, pois enquanto esperamos eles seguem sem tréguas com seu projeto de destruição.

Bolsonaro, Guedes, Ricardo Salles, e a quase totalidade da cúpula do governo, se aproveitam da pandemia para praticar uma verdadeira rapinagem sobre o Estado, enquanto seus aliados fazem o mesmo contra os recursos naturais brasileiros. Nessa estratégia de terra arrasada, nós, servidores e empregados públicos de carreira, somos um entrave, o qual buscam enfraquecer e eliminar com a PEC 32 e as privatizações, dando lugar a



Foto: Arquivo SINDISEP-RJ

cabides de emprego, favorecimento e clientelismo, e a consequente precarização dos serviços públicos.

O projeto dessa gente para o serviço público é claro: a extinção! Fiscais que fazem seu trabalho corretamente são tratados como um entrave ao garimpo e desmatamento ilegais. Não poder demitir um trabalhador que se recusa a obedecer uma ordem imoral ou ilegal, é visto por eles como um absurdo. A simples possibilidade de um “empregado” ter opinião própria é inaceitável. O “correto” para eles é o compadrinho, a submissão e as rachadinhas! Mas nós, trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, não podemos aceitar isso calados!

Sim, a pandemia não acabou; o que acabou, de fato, foi a paciência do povo! Os movimentos sociais organizados brasileiros fizeram, cada um com sua base, painelaços, tuitaços, carreatas e lives mil... mas todos somados não tiveram o impacto que um só

dia de povo na rua trouxe. Não é possível normalizar o enclausuramento dentro de nossas próprias casas, de onde aplaudimos a indignação de povos de outros países, que, apesar da pandemia, vão às ruas lutar por seus direitos, enquanto aqui os nossos são sucessivamente rasgados por um governo genocida e de clara inclinação fascista.

Por tudo isso, mais do que celebrar uma vitória pontual, devemos fazer do dia 29 de maio o primeiro de uma série de datas dedicadas a manifestações que visem a saída de Bolsonaro do poder. Fomos às ruas naquele sábado e só sairemos delas depois do impeachment ou renúncia de Bolsonaro. Nas ruas devemos permanecer até que

haja a reversão de todas as privatizações e de todas as falsas reformas. Nas ruas permaneceremos até conquistarmos a implantação de um programa de governo realmente democrático e popular, que combata as desigualdades e garanta o funcionamento do serviço público para aqueles que mais precisam. Apenas assim, solidariamente e munidos de máscaras adequadas (N95 e PFF2), estaremos agindo de verdade para estancar as mortes e os sofrimentos provocados por esse governo.

O que fazer? Simples! Ocupar as ruas, praças e avenidas, de forma organizada e forte, para expurgar o entulho fascista do Brasil!

Junte-se a nós!



Não vai ter Copa! Vai ter luta e protesto na rua!

Acuado pela repercussão do 29M, Bolsonaro quer usar o futebol para desviar atenção do genocídio que promove no país

Sempre soubemos o que seriam os projetos políticos e econômicos do (des)governo Bolsonaro. Desde a sua posse, as ideias postas em prática refletem basicamente uma mente confusa e autoritária, de uma figura cuja trajetória é marcada por décadas de vazio de projetos e atuação nas rebarbas do esgoto político (o chamado “Centrão”), além de proximidade perigosa com esquemas de “forças de segurança paralelas” no RJ.

Isso foi o que “restou” às elites financeiras, midiáticas, jurídicas e políticas, em complemento ao golpe do impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Com a pandemia da Covid-19, no início de 2020, o que já era ruim para nós brasileiros, piorou muito. A ignorância e negação aos saberes científicos chegaram a níveis estratosféricos. O governo federal apostou em métodos questionáveis e recomendações de tratamentos precoces, totalmente ineficazes para o combate à doença. Bolsonaro promoveu uma política deliberada de confronto com gestores de saúde pública e vigilância sanitária, sabotando protocolos de isolamento social adequados para que se evitasse a propagação da Covid-19. Apostou na “imunidade de rebanho”, onde a população seria “contaminada” em massa, uma parte morreria, e o restante ficaria imunizado, anulando os efeitos da pandemia na economia. Resultado: hoje, 14 meses após o primeiro óbito por Covid-19 registrado no Brasil, a política de Bolsonaro fez quase 500 mil mortos, muitos dos quais seriam poupados se seguissemos as recomendações de especialistas, nacionais e internacionais, da área de saúde.



Foto: JAV/Rio

Não bastassem essas tragédias, em pronunciamento em “cadeia” nacional, no dia 01/06/2021, Bolsonaro anunciou que o Brasil pretende sediar a Copa América de futebol em 2021 em vários estados e estádios brasileiros. Copa rejeitada pelos governos da Colômbia (por protestos populares) e pela Argentina (por aumento dos casos de Covid-19).

Acuado pela repercussão dos protestos do dia 29 de maio aqui no Brasil, o governo busca desviar a atenção da sua sangrenta gestão, e, numa nova aposta, fez tal acordo com a CONMEBOL.

A instabilidade social causada pela enorme crise econômica, desemprego e fome, que atravessamos no momento, e a espantosa crise sanitária que leva o Brasil a registrar dois mil óbitos diários em média seriam motivos mais do que suficientes para recusar essa aventura, como fizeram Colômbia e Argentina.

Juntando essas condições, poderemos ter o que chamam de “tempestade perfeita”, explodindo a quantidade de óbitos, em razão

do aumento da circulação do vírus, com o risco do Brasil se tornar um propagador mundial da Covid-19, sem condições de voltar à normalidade social, talvez até por décadas. Mas o que quer um genocida? Não é exatamente isso?

As vozes mais sensatas já se rebelaram contra a realização da Copa América no Brasil. Até um senador conservador questionou a decisão do governo. Jogadores ameaçam se recusar a jogar. Mas não podemos esperar a ação daqueles que se sentam em centenas de pedidos de *impeachment* em face de possíveis crimes deste governo contra o povo.

De nossa parte, nós do Sindisep-RJ não aceitamos que mais uma irresponsabilidade governamental coloque em risco

a vida daqueles que deveríamos proteger nesse momento de crise sanitária (principalmente na iminência do enfrentamento da “terceira onda”, em virtude de novas variantes do vírus).

Em 2013 e 2014 fomos às ruas para gritar “Não vai ter Copa” exatamente porque o país tinha outras urgentes prioridades econômicas e sociais para resolver antes de executar gastos astronômicos em obras desnecessárias em estádios de futebol).

Infelizmente, o governo Dilma se rendeu ao poder econômico mundial e nós tivemos aqui em 2014 a Copa do Mundo. O saldo foi mais de uma dezena de estádios de futebol inúteis (chamados de “elefantes brancos”) e elitizados, alguns políticos e empresários presos por corrupção, a própria presidente cassada e uma lei imposta para criminalizar os movimentos sociais que contestem o governo, a “GLO” (Garantia da Lei e da Ordem), uma versão “light” do AI-5.

É por tudo isso que conclamamos a todas e todos a voltarem às ruas. Já sabemos que a praga posta no cargo de presidente é mais letal que o vírus e precisamos repetir mais uma vez que NÃO VAI TER COPA! O Brasil não será laboratório de extermínio. Chega de genocídio, queremos vacina no braço, comida no prato e o fim imediato desse governo!

ASSEMBLEIA DO SINDISEP-RJ

10 DE JUNHO DE 2021 - 18h30 - Via Google Meet.

Entre em contato através do e-mail diretoria@sindisep-rj.org.br, do whatsapp (21) 97972-0925 ou de um diretor para solicitar o recebimento do link da assembleia.

Pauta: 1. Informes; 2. Conjuntura, PEC 32 e lutas; 3. Encaminhamentos.

EXPEDIENTE

SINDISEP/RJ - Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro.

ENDEREÇO: Rua Visconde de Inhaúma, 58, sala 1108, Centro. CEP: 20.091-007. **CONTATOS:** www.sindisep-rj.org.br | (21) 2544-1043 | sindisep.rj@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL: Victor Madeira, Raul Bittencourt, Eduardo Lima, Edna Rosa, Wellington Cruz, Alexander Noronha e Antônio Carlos Castilho.

PROJETO GRÁFICO: Henderson Laurentino | **DIAGRAMAÇÃO:** Heron Barroso (DRT/RJ 35.599) | **ASSESSORIA:** Vanieverton Anselmo

TRABALHO REMOTO NA PANDEMIA

O fim da separação temporal da jornada dupla (ou tripla) da mulher durante a pandemia.

A jornada de trabalho dupla ou tripla das mulheres não é um assunto novo na sociedade. A mulher ganhou o mercado de trabalho para conquistar sua independência financeira, mas não se eximiu dos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos e, muitas vezes, os idosos da família, reflexo do tradicional caráter estrutural machista de nossa sociedade.

Mesmo nas famílias mais progressistas, a divisão desse trabalho invisibilizado, não remunerado e extremamente cansativo, não é igualitária: as mulheres fazem a maior parte, quando não o fazem tudo sozinhas. Com isso, independente de qualquer coisa, as mulheres costumam assumir tarefas domésticas e familiares a serem realizadas antes e depois do expediente formal, tarefas que, no seu conjunto, trazem uma enorme carga de estresse ao dia a dia, o que, geralmente, sequer é compreendido ou reconhecido pelos agraciados de tais serviços.

Porém, nessa pandemia, três fatores aumentaram ainda mais o nível de estresse sobre as trabalhadoras e, muitas, já estão apresentando sinais físicos, mentais e emocionais dessa exaustão, também conhecida como “burnout”. O primeiro fator é que o cuidado com os idosos se intensificou enormemente: na tentativa de proteger os mais velhos, muitas

trabalhadoras assumiram tarefas como compras de mercado, idas ao banco etc, somando, assim, mais responsabilidades, com riscos de prejuízo à própria saúde (seja por exposição a ambientes com eventuais aglomerações, seja por estafamento).

O segundo fator atinge mulheres com filhos em idade escolar. O ensino remoto foi mais um desafio que a trabalhadora teve que encarar nessa pandemia, auxiliando as crianças com deveres, trabalhos, apresentações, além de tirar dúvidas sobre o conteúdo didático, o que requer, muitas vezes, estudo prévio das matérias a serem discutidas, mesmo quando se tratam de filhos pequenos. Sem falar nas demandas afetivas e emocionais das crianças que, por razão de serem “menos” preparadas à situação de distanciamento social, muitas vezes recaem sobre as mães.

Por fim, o terceiro fator foi o que mais impactou a vida das trabalhadoras: o fim da divisão temporal dessas jornadas de trabalho. Antes da pandemia, com o trabalho presencial, normalmente exercido fora de casa, a mulher assalariada tinha em média 8 horas diárias reservadas para desenvolver sua atividade profissional. Com o trabalho remoto, também conhecido como “home office”, a presença constante da trabalhadora em casa passa uma sensação de

disponibilidade constante que é extremamente cruel e injusta com a mulher. Ela passou a ser requisitada e demandada pela família 24 horas por dia, além de ter que atender demandas profissionais que chegam até nos fins de semana, afetando tanto sua produtividade quanto sua vida particular.

A realidade atual evidencia que uma sociedade mais justa não será possível enquanto trabalhos domésticos e cuidados com filhos e idosos não forem verdadeiramente divididos entre homens e mulheres. É um caminho longo a ser percorrido e vários mitos precisam ser abandonados, como, por exemplo, a crença de que mulheres têm mais jeito com crianças, ou são mais cuidadosas, atenciosas e detalhistas, e que a natureza da mulher é acolhedora. Esses adjetivos, que comumente descrevem mulheres, podem parecer serem elogios, mas somente reforçam um estereótipo que perpetua essa jornada dupla, ou tripla, não remunerada das trabalhadoras!

No serviço público, infelizmente, não é diferente. Ainda que os concursos públicos garantam, na maioria dos casos, condições de acesso igualitários, o mesmo não ocorre nas estruturas internas dos órgãos públicos, sendo comum o silenciamento das mulheres e o exercício de cargos de direção

predominantemente por homens. O governo Bolsonaro, formado majoritariamente por homens brancos, é um exemplo claro desta distorção, que relega à 51,8% da população (PNAD Contínua 2019) uma falsa posição de “minoría” na sociedade, com uma carga de trabalho esmagadora.

É indispensável que os movimentos sociais organizados e os sindicatos aprofundem esse debate e disputem a consciência da sociedade. Precisamos, também, cobrar do Estado melhorias no serviço público e na legislação, que combatam este reflexo do machismo estrutural, através de políticas públicas e medidas educativas para toda a população. A responsabilidade pela “família”, tão defendida pelos discursos de certos políticos, não pode ser jogada nas costas das mulheres, mas sim compreendida como uma responsabilidade compartilhada que necessita ser dividida de forma equânime.

Seguimos na luta pela igualdade de direitos de trabalhadoras e trabalhadores, por isonomia na remuneração, pelo fim do assédio sexual, e por maior representatividade feminina em cargos de comando e nos movimentos sindical e sociais em geral.

**PARTICIPE, DEBATA,
MOBILIZE! FILIE-SE AO
SINDISEP-RJ!**

Recadastramento de filiados

O Sindisep-RJ está procedendo com a atualização cadastral dos filiados ao sindicato.

Para isso, entraremos em contato com todos os filiados para verificar dados e, inclusive,

saber como estão, afinal vivemos em um momento muito difícil de nosso país por conta da pandemia do coronavírus.

O contato será feito por um funcionário do sindicato através

do número (21) 97972-0925.

Caso tenha alguma dúvida ou sugestão para fazer ao sindicato, fique à vontade para registrá-la na ocasião do contato.

Saudações sindicais!

